

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO

REF.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

PROCESSO Nº 59336.002451/2023-37

IADVH – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana, inscrito no CNPJ: 21.843.341/0001-07, com sede na Avenida dos Holandeses, nº 1 – Edifício Biadene Home Office, Pavimento 9, Ponta do Farol, CEP: 65.077 – 635, São Luís – MA, neste ato representado por seu Presidente, vem, respeitosamente, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão deste Pregoeiro que classificou e habilitou indevidamente a empresa CONNECT SERVICOS LTDA, e o faz mediante as razões que seguem:

I – DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata a espécie de Pregão Eletrônico - Nº 02/2023, feito pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene sediada à Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 1967, Edifício Souza e Melo Tower, Boa Viagem, Recife-PE, CEP 51.111-021, com o objeto de escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados de apoio em secretariado e apoio técnico, com execução realizada mediante alocação de mão de obra exclusiva para serviços técnicos auxiliares, instrumentais e acessórios na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Entretanto, de maneira equivocada, a empresa CONNECT SERVICOS LTDA, restou classificada e habilitada, vez que a sua proposta de preços não contabilizou adequadamente os custos quanto ao CUSTO DO PROFISSIONAL AUSENTE, o que implicou em falsa redução do valor final, fazendo com que a licitante fosse beneficiada em detrimento das demais.

Todavia, tais circunstâncias não foram observadas por este douto Pregoeiro, razão pela qual se interpõe o presente recurso.

II – DOS FUNDAMENTOS DE MÉRITO

II.I – DOS ERROS SUBSTANCIAIS ENCONTRADOS NA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA. DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO PRÉVIA DE TODOS OS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.

O Edital do Pregão Eletrônico Nº 02/2023 estabeleceu critérios para o preenchimento da proposta no sistema Comprasnet, item 6, devendo estes serem observados no momento em que o participante preenche a sua oferta na plataforma em que ocorrerá a disputa.

Já no item 8, o texto editalício previu os requisitos para a aceitabilidade da proposta vencedora, devendo esta ser adequada ao objeto e compatível com o preço máximo estipulado no Edital.

Pois bem. Acontece que, a empresa classificada e habilitada, ao ser convocada para apresentar proposta adequada ao lance final, juntou planilha de composição de custos com inconsistência em seus cálculos.

Como se pode perceber, ao apresentar o seu preço final, a Recorrida realizou verdadeiro “jogo de planilhas”, vez que reduziu o percentual mínimo aceitável de Substituto na Cobertura de Férias (Módulo 4 – Submódulo 4.1 – Letra A).

Em sua planilha, para todos os cargos, lançou o percentual de 0,69% para Substituto na cobertura de férias, fazendo a divisão de 8,33% por 12.

Vale mencionar que, a Recorrida teve a oportunidade de corrigir a sua planilha quando da apresentação da proposta final adequada, o que não o fez.

Sendo assim, a despeito da possibilidade de correção já concedida, a proposta da Licitante declarada como vencedora possui vícios de natureza insanável, vez que a sua correção implica em alteração substancial no valor ofertado, que deixou de refletir os reais custos com o serviço.

Ora, o preço final da Licitante Vencedora ficou em R\$ 3.217.754,37 (Três milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), quando o valor mínimo aceitável, com o percentual de 8,33%, seria de R\$ 3.461.560,03 (Três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e três centavos), ou seja, um aumento de R\$ 243.805,66 (Duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e seis centavos). Logo, é nítido que a Empresa Recorrida se beneficiou de um jogo de planilhas para apresentar um falso valor final menor do que as de suas concorrentes.

Diante dos erros apontados na proposta apresentada percebe-se que a única decisão a ser adotada pelo Pregoeiro seria a imediata DESCLASSIFICAÇÃO da empresa, o que não ocorreu.

Aplicação em alguns órgãos e entidades quando da realização da licitação para contratação de prestação de serviços com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO):

TCU: $[(1/12) \times 100] = 8,33\%$.

TSE: $[(5/ 56) \times 100] = 8,93\%$.

IN nº 05/2017: $[(5/55) \times 100] = 9,09\%$.

Caderno de Logística de Conta Vinculada: $[(5/55) \times 100] = 9,09\%$.

Está mais do que demonstrado que qualquer correção obviamente alterará a substância da proposta, em que o preço final não mais reflete o custo real com a prestação do serviço. Todos os erros comprometeram a higidez da proposta e traz insegurança para a Administração Pública.

Inclusive, diante de proposta incompleta e defeituosa, a própria execução do objeto da licitação resta comprometida, visto que a manutenção do preço inexecutável pelos próximos 12 (doze) meses é claramente impossível, acarretando prejuízos ao Poder Público, prejudicando orçamento e atrapalhando a organização da Administração, até mesmo com a eventual suspensão dos serviços.

Portanto, a classificação da Proposta da Recorrida, que está em desconformidade com o padrão exigido pelo edital, compromete o julgamento objetivo, violando as determinações do item 10.

Salienta-se que a melhor proposta não necessariamente é aquela de menor valor, mas sim aquela em que o contratado consegue prestar adequadamente os serviços e a sua obtenção advém de certame justo em que as partes foram tratadas de forma isonômica.

Ademais, como já foi possibilitado a Recorrida corrigir a sua proposta, conceder qualquer novo prazo significaria ofertar tratamento diferenciado em detrimento dos demais concorrentes que observaram os termos do instrumento convocatório para formular as suas propostas.

Sendo assim, a classificação e posterior habilitação da Licitante Vencedora com proposta que não cumpre com os requisitos do Edital deve ser revista, a fim de INABILITAR a Recorrida.

II.II - DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Vale ressaltar que existe tanto para os licitantes quanto para a Administração Pública o dever de seguir intrinsecamente todas as determinações previamente estipuladas pelo edital, de modo a preservar o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, cuja previsão legal pode ser vislumbrada no art. 2º do Decreto nº 10.024/2019. Veja-se:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. [grifou-se]

Nesse contexto, Matheus Carvalho (2017, p. 444) destaca que "o edital é a 'lei' interna da licitação e deve definir tudo o que for certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância".

Portanto, publicado o edital de licitação, os procedimentos e regras nele traçados deverão ser rigorosamente observados sob pena de violação do referido princípio. Dessa forma, ao se exigir que a proposta tenha certos elementos, tanto é dever do licitante cumprir com tal exigência quanto é obrigação do Poder Público em cobrar o previsto.

Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Tribunal de Contas da União, conforme se observa nas seguintes decisões:

"Entendimento do TCU: "Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação". Pág. 29 – Orientações e Jurisprudências do TCU – 4ª edição." [grifou-se]

"REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS. VINCULAÇÃO DAS PARTES AO ATO CONVOCATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA. Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou." (ACÓRDÃO TCU 3474/2006. Tribunal de Contas da União. 1ª Câmara). [grifou-se]

Na situação em apreço, observa-se que a empresa Recorrida se sagrou vencedora com proposta que não considerou os valores mínimos aceitos, violando as disposições legais e editalícia, o que influenciou diretamente no valor final ofertado, possibilitando que fosse o menor preço da licitação, em afronta ao instrumento convocatório.

Considerando o princípio acima descrito, pode-se dizer que, assim como se exige dos licitantes o dever de cumprir com todos os requisitos cobrados inicialmente pelo edital, também existe para a Administração Pública o dever de verificar as condições que foram estipuladas anteriormente.

É através de tal exigência que se permite a justa competição entre os licitantes, pois já saberão quais são as regras a serem seguidas antes de se submeterem ao certame, não podendo elas mudarem ao longo da sua realização.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está estritamente atrelado ao da isonomia, pois a observância das normas impede que algum dos licitantes receba tratamento privilegiado em relação aos demais.

Assim, no caso em análise, levando em consideração que a Recorrida NÃO OBSERVOU as determinações dispostas no edital é nítido que a sua INABILITAÇÃO é a decorrência lógica da incompletude de sua proposta.

Entendimento diverso implica em tratamento privilegiado, diante das diversas possibilidades de correção das propostas defeituosas, posto que a Recorrida apresentou proposta com erro, enquanto as suas concorrentes que se

dignaram a observar os termos do edital, foram preteridas.

Inclusive, a permanência da Licitante declarada vencedora no certame viola também o princípio da legalidade, uma vez que, como já exposto, o edital de licitação configura lei entre as partes, surgindo para os interessados, desde o início, o compromisso de seguir as regras impostas para o certame.

Os participantes da licitação devem se ater ao que exige de fato o edital, não havendo liberdade de escolher ou deixar de seguir determinações que foram dispostas no instrumento convocatório.

Nesse sentido, habilitar empresa que categoricamente deixou de atender ao disposto no Edital dá margem à quebra da isonomia do presente certame, visto que significaria burlar as regras estipuladas no edital, em claro favorecimento à Recorrida.

III – DO PEDIDO

Do exposto, requer o recebimento do presente Recurso Administrativo, em seu efeito SUSPENSIVO, nos moldes do art. 109, § 2º da Lei nº 8.666/93, assim como o seu adequado processamento, de modo a julgá-lo totalmente procedente, revogando a decisão anterior e inabilitando a empresa CONNECT SERVICOS LTDA, diante das razões aqui aduzidas.

Caso não seja essa decisão, requer o encaminhamento dos autos à autoridade superior, para fins de total procedência.

Pede deferimento

São Luís, 04 de dezembro de 2023.

GEOVÁ FERNANDO DOS SANTOS
Presidente do IADVH

Fechar